

CRISTINA SOREANU PECEQUILO

**TEORIA DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**
O MAPA DO CAMINHO: TEORIA E PRÁTICA



ALTA BOOKS
E D I T O R A
Rio de Janeiro, 2016

CRISTINA SOREANU PECEQUILO

PROFESSORA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP) e dos Programas de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/PUC/UNICAMP) e em Ciências Sociais da UNESP/Marília. Pesquisadora Associada do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS) e do Grupo de Estudo Inserção Internacional Brasileira: Projeção Global e Regional (UFABC/UNIFESP). Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e autora de diversos livros e artigos sobre as Relações Internacionais do Brasil, dos Estados Unidos, da União Europeia, dos BRICS e da América do Sul. E-mail: crispece@gmail.com

DEDICATÓRIA

A todos os meus ex-alunos, hoje professores.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XI
CAPÍTULO 1: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	1
1.1. DISCIPLINA E REALIDADE	3
1.2. A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
QUESTÕES DE ESTUDO	21
DINÂMICAS DE DEBATE: DOCUMENTÁRIOS E FILMES	21
CAPÍTULO 2: O REALISMO	23
2.1. O REALISMO POLÍTICO: BASES CLÁSSICAS	26
2.2. O SÉCULO XX E O REALISMO: CARR E MORGENTHAU	49
2.3. KENNETH WALTZ E O NEORREALISMO	63
2.4. NOVOS REALISMOS? O PÓS-GUERRA FRIA	73
QUESTÕES DE ESTUDO	83
DINÂMICAS DE DEBATE: DOCUMENTÁRIOS E FILMES	84
CAPÍTULO 3: AS TRADIÇÕES LIBERAIS	85
3.1. AS ORIGENS CLÁSSICAS	89
3.2. O IDEALISMO WILSONIANO E O INTERNACIONALISMO LIBERAL	100
3.3. COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	105
3.4. NEOLIBERALISMO: INTERDEPENDÊNCIA E TRANSNACIONALIZAÇÃO	115
3.5. A GLOBALIZAÇÃO	126

3.6. O PLURALISMO E O COSMOPOLITISMO	130
QUESTÕES DE ESTUDO	140
DINÂMICAS DE DEBATE: DOCUMENTÁRIOS E FILMES	141
CAPÍTULO 4: AS TEORIAS MARXISTAS	143
4.1. O MARXISMO: A VISÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO	146
4.2. O IMPERIALISMO	158
4.3. O SISTEMA MUNDO E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	162
4.4. A TEORIA CRÍTICA	174
QUESTÕES DE ESTUDO	185
DINÂMICAS DE DEBATE: DOCUMENTÁRIOS E FILMES	186
CAPÍTULO 5: AS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS	187
5.1. A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL	190
5.2. A ESCOLA INGLESA	200
5.3. O CONSTRUTIVISMO	207
5.4. OS NOVOS RECORTES	212
QUESTÕES DE ESTUDO	221
DINÂMICAS DE DEBATE: DOCUMENTÁRIOS E FILMES	221
CONCLUSÃO	223
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227

INTRODUÇÃO



AO LONGO DO SÉCULO XX, A TRAJETÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS se desenvolveu de forma diferente dependendo do país, relacionada aos recursos de poder possuídos por estas sociedades e à posição que ocupavam no mundo. Esta tendência revela-se na definição do campo como “ocidental” e como uma “ciência social norte-americana” (HOFFMANN, 1987). Estas associações derivam tanto da emergência das Relações Internacionais como disciplina em universidades dos Estados Unidos, no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), quanto da consolidação da hegemonia deste país no pós-Segunda Guerra Mundial (1939–1945) com a *Pax Americana*.

Porém, considerar que as Relações Internacionais são uma “ciência nova, ocidental e norte-americana” pouco nos diz sobre sua complexidade no passado, presente ou futuro. Independentemente de o fato das Relações Internacionais terem nascido como disciplina em 1918, suas raízes remetem ao pensamento clássico da Ciência Política, da História, do Direito, da Geografia, da Economia e da Sociologia, somente para citar algumas. O passado não é apenas o mais recente, mas sim de séculos atrás e, em contrapartida, a realidade pressiona o campo por uma permanente renovação.

No presente, as transformações globais abrem perspectivas de pensamento. Tais dimensões surgem tanto no eixo Ocidental/Estados Unidos como nas sociedades emergentes dos grandes países do Terceiro Mundo como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Além disso, pensar a política internacional e seus fenômenos em termos de poder e Estados revela apenas parte do problema. Desde os anos 1950, atores políticos, econômicos e sociais não estatais convivem com os Estados, gerando fenômenos como a regionalização, a interdependência e a transnacionalização. Dentre esses, destacam-se as organizações internacionais governamentais (OIGs), as empresas multinacionais (EMNs), as organizações não governamentais (ONGs) e os movimentos da sociedade civil. Temas estratégico-militares dividem espaço como questões relativas ao comércio, ao meio ambiente e aos direitos humanos.

No século XXI, as bases da disciplina precisam ser atualizadas e compreendidas. Neste contexto, o objetivo do livro é oferecer um mapeamento da Teoria das Relações Internacionais (TRI), com uma abordagem brasileira. Isso não significa ter a pretensão de desenvolver a “TRI do Brasil”, mas sim questionar

modelos que muitas vezes são tomados como verdades e obscurecem o propósito da teoria: fornecer instrumentos para interpretar a realidade. Como sustentam Dougherty e Pfaltzgraff,

Teoria nada mais é do que a reflexão sistemática sobre fenômenos, destinada a explicá-los e mostrar como eles são relacionados um ao outro em um padrão com sentido e inteligente (...) a função essencial da teoria internacional é nos permitir melhorar nosso conhecimento a respeito da realidade internacional, seja para o mero entendimento ou para o propósito de mudar a realidade. (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 1997, p. 15)

Dunne, Kurki e Smith complementam,

As teorias oferecem explicações do porquê as coisas acontecem e o fato de que elas fornecem uma grande quantidade de razões para a ação reflete a realidade de que elas possuem concepções muito diferentes. Portanto, você vai conseguir diferentes respostas para os quebra-cabeças políticos e problemas mundiais, a partir das diferentes teorias (...). (Dunne, Kurki e Smith, 2013, p. 3)

Falar de TRI parte de escolhas: a primeira, que as Relações Internacionais são uma área de estudo científica autônoma; a segunda refere-se às teorias que são abordadas e como são definidas; por fim, a terceira reside na necessidade de contextualizar estas reflexões, em oposição aos que alegam a necessidade do distanciamento e da neutralidade. A teoria (ou teorias) são reflexos de sua época, não sendo a época que deve se ajustar à teoria. Portanto, este livro é um recorte sobre teoria e se encontra organizado em cinco capítulos.

No Capítulo 1, “As Relações Internacionais”, define-se o que é a disciplina, seus principais conceitos e debates, avaliando a evolução do campo como produto de suas contradições e diferentes contextos históricos. Na sequência, o Capítulo 2, “O Realismo”, aborda uma das mais sólidas e controversas teorias da área, acompanhada de sua contraparte no Capítulo 3, “As Tradições Liberais”. A contestação de ambas é apresentada no Capítulo 4, “As Teorias Marxistas”, e o Capítulo 5, “As Abordagens Contemporâneas”, dialoga com as perspectivas teóricas

mais recentes da área como a Economia Política Internacional, o Construtivismo e os recortes feministas e “pós”.

Em um campo no qual faltam os consensos, refletir sobre as Relações Internacionais é um processo duplo: de dentro para fora e de fora para dentro. Somente assim, pode-se considerar a diversidade e a complexidade desta disciplina e seu mundo. Nesta trajetória, alguns agradecimentos se fazem necessários a toda equipe e colegas da 4Fit pelo incentivo, assim como ao colega Corival Alves do Carmo e a Márcio José de Oliveira Junior, pela ajuda na pesquisa.

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS



O objetivo deste capítulo é analisar as relações internacionais como disciplina e os principais debates teóricos que emergem do campo, a partir de uma perspectiva analítica, crítica e histórica. Para isso, o texto está dividido em dois itens: 1.1 Disciplina e Realidade e 1.2 A Teoria das Relações Internacionais.

CONHECER E DEBATER A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS (TRI) é um processo complexo o qual envolve o mapeamento de diversas correntes de pensamento que se propuseram a pensar este campo de estudo e sua aplicação à realidade. Contudo, antes de pensar a TRI, é válido compreender primeiro o que são as Relações Internacionais, indicando seu caminho de desenvolvimento conceitual e teórico de forma breve. Cabe também indicar quais são os chamados “grandes debates” da área.

1.1. DISCIPLINA E REALIDADE

Ao longo de sua trajetória como disciplina, poucos campos de estudo têm sido tão contestados quanto o das Relações Internacionais. As razões para esta negação são diversas, mas em síntese convergem em torno de alguns pontos comuns: afirmar que as Relações Internacionais não existem como disciplina autônoma, não existindo uma ciência das Relações Internacionais, que estes estudos não apresentam uma construção teórica coesa para explicar seu objeto de estudo, e, por fim, que este mesmo objeto de estudo é artificial. Assim, não existiria nem uma área de estudo ou o recorte específico temático. Os problemas tratados pelas Relações Internacionais poderiam ser abordados, com maior consistência metodológica e teórica em outras disciplinas como Direito, História, Geografia, Ciência Política, Economia etc.

A variedade dos métodos de pesquisa, a grande quantidade de teorias, os debates em torno de seus parâmetros e objetos de estudo seriam apenas alguns dos sintomas desta fraqueza disciplinar e a conclusão mais óbvia é que de fato esta corrente de estudo não existiria. Para agravar a questão, a contestação não é produzida só pelas disciplinas mais antigas, como as já citadas, mas também por estudiosos que se dedicam a temas internacionais, e que apontam a insuficiência da disciplina em pensar sobre o mundo real. Ou seja, está-se diante de uma negação dupla, das demais ciências, e uma autonegação dos estudos, práticas e reflexões da área.

Diante desta realidade, que é parte da evolução e complexidade da área, dificilmente qualquer obra neste campo de estudo, seja sobre Introdução ou

Teoria das Relações Internacionais, pode ser iniciada sem o reconhecimento e resposta a estas tensões. No geral, tem-se a sensação de se estar diante de debates circulares e intermináveis sobre algo que existe e se encontra em prática corrente em diversos espaços, seja nas universidades, na sociedade civil, em movimentos políticos e organizações não governamentais, em empresas multinacionais, Estados e instituições multilaterais. Não só se pensa, como se faz Relações Internacionais.

Como indica Halliday (1999), apesar de ser sempre válido, este esforço de reflexão não deixa de ser um exagero, visto que força a área a uma reafirmação constante de identidade e objetos de estudo. Embora outras Ciências Humanas e Sociais, passem por demandas similares, as pressões sobre as Relações Internacionais parecem ser maiores. Segundo o autor, grande parte dos desafios das Relações Internacionais é igual a outras Ciências Sociais, enquanto outra parte vem como indicado da própria área. Tais desafios, trazidos pelos críticos, podem ser resumidos nas expressões cunhadas por Halliday (1999) de “paralisia teórica” (HALLIDAY, 1999, p. 15) ou “invisibilidade teórica” (HALLIDAY, 1999, p. 19).

Portanto, para compreender o porquê destas indagações, é preciso compreender seus motivadores: a natureza, o objeto de estudo e a metodologia das Relações Internacionais. Cabe responder: o que são e o que estudam as Relações Internacionais? E, tendo as Relações Internacionais um objeto, como este objeto pode ser (e é) estudado?

De acordo com Halliday (1999), as Relações Internacionais podem ser definidas genericamente como o estudo do “internacional”, que se refere aos temas que se processam além das fronteiras dos Estados e detêm impactos sobre os mesmos. Visão similar é apresentada por Braillard (1990), que define as Relações Internacionais como uma disciplina da área das Ciências Humanas e Sociais, cuja análise se foca nas relações sociais que ocorrem no campo internacional. Não se procura observar como as relações sociais se processam dentro dos Estados, ou se constroem e sustentam, ou quem são os atores envolvidos, isto é, a política nacional e doméstica, mas sim a dimensão da política internacional.

Tentando deixar mais clara esta dinâmica, o analista da área examina, dependendo de sua escola teórica, como a política nacional influencia o comportamento de um determinado país no mundo, quando, por exemplo, um dirigente

autoritário assume o poder. Contudo, não é obrigatório que este analista explique como tal governante chegou a seu posto. Por outro lado, se este governante conquistou este cargo por meio da ingerência externa, o problema volta, de novo, ao campo das Relações Internacionais. O que faz a diferença é o componente “internacional”.

Com isso, o propósito da área é organizar sistemas de pensamento e métodos de investigação que possam dar conta destas relações sociais, em suas mais diversas expressões: transações econômicas (comerciais e financeiras), movimentos migratórios, sindicais, empresariais, religiosos, negociações, dimensões históricas, guerra e estratégia, cooperação, meio ambiente e direitos humanos, dentre outros.

Mas, a partir desta lista não exaustiva aqui apresentada, os críticos das Relações Internacionais ainda perguntam: ora, todos esses temas já não são analisados por outras disciplinas? Por que criar outra disciplina para estudar comércio se a Economia também estuda? A Sociologia não avalia as questões sociais? A História, os problemas do passado e evolução das sociedades, suas guerras e contatos? E o que não dizer do Direito? Afinal, todos esses problemas ditos “internacionais” não estariam sendo objeto de preocupação desde que surgiram as primeiras comunidades humanas organizadas?

De fato, não há discordância dentro da área de Relações Internacionais de que o exercício de pensar o outro, aquele que é diferente por ser estrangeiro, não dependeu, em suas origens, da existência de um campo conceitual sistematizado. Além disso, não se discorda que as Relações Internacionais são uma disciplina que trabalha com temas, objetos de estudo, que tem forte conexão com outros campos, e que existem sobreposições de conceitos. As Relações Internacionais são, por princípio, uma disciplina multidisciplinar, cujo processo de criação, evolução e consolidação depende de suas disciplinas formativas: Direito, História, Geografia, Filosofia, Economia, Ciência Política.

Tais disciplinas e seus conceitos antecedem a criação das Relações Internacionais e as disciplinas formativas passam por um processo de evolução e debate interno, que se repete nas Relações Internacionais. Basta examinar textos de pensadores clássicos como Maquiavel, Grotius, Hobbes, Montesquieu, Adam Smith, Karl Marx, Max Weber, que poderão ser identificados muitos conceitos da

área como poder, anarquia, interdependência, os quais foram “emprestados” pelas Relações Internacionais. Estas obras compõem as raízes clássicas do campo que estuda o internacional e que, ao amadurecer como disciplina desde sua criação, foi criando suas matérias de estudo.

Ao ser multidisciplinar, portanto, as Relações Internacionais são compostas de disciplinas formativas e próprias. No caso das disciplinas próprias, algumas das cadeiras mais conhecidas são Introdução às Relações Internacionais, História das Relações Internacionais e Teoria das Relações Internacionais.

A alegação do artificialismo do recorte da área também deriva desta percepção de que já havia outras escolas de pensamento capacitadas a enfrentar os dilemas que as Relações Internacionais se propuseram a estudar. Contudo, esta alegação ignora que toda disciplina é uma construção artificial, gerada pela necessidade de sua época de pensar e resolver determinados problemas. Nenhuma disciplina nasce do nada, mas sim do mundo concreto no qual interagem Estados e sociedades. Quando este mundo se tornou mais complexo, demandou novos olhares e reflexões. E, criada a disciplina, a forma de pensar seu objeto será igualmente uma construção. Como sustentam Dunne, Kurki e Smith (2013, p. 9), “Todas as teorias se localizam no espaço, tempo, cultura e história”. Com as Relações Internacionais não foi diferente: sua criação respondeu a uma demanda de seu tempo, motivada por diversas razões, sendo que

A mais óbvia é que as pessoas sentem que o internacional é importante (...), que aparentemente é cada vez mais intrusivo nas vidas cotidianas. O estudo acadêmico das relações internacionais começou como uma tentativa de pesquisar as causas da maior de todas estas intrusões, qual seja, a guerra e de desenvolver meios para reduzir sua futura incidência. Desde então ela passou a englobar uma agenda mais ampla (...) À medida que o mundo muda também mudam as questões colocadas para o estudo acadêmico do internacional. (HALLIDAY, 1999, p. 19)

A intrusão de que fala Halliday (1999) é a Primeira Guerra Mundial (1914–1918)¹, conflito de ampla extensão, representativo do processo de configuração

¹ Recomenda-se a leitura de VISENTINI, 2014, para um panorama deste conflito.